

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS

-----Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas dezanove horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Modificações orçamentais – 1.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016; (apreciação, discussão e votação) -----

-----2. Modificações orçamentais – 1.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016; (apreciação, discussão e votação) -----

-----3. apreciação do inventário de todos os bens, direitos patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de contas relativamente ao ano de 2015; (apreciação, discussão e votação) -----

-----4. Nomeação de um revisor oficial de contas para verificação das contas municipais do ano 2016 e 2017; (apreciação, discussão e votação) -----

-----5. Elaboração do Relatório do estado do Ordenamento do Território – REOT – pedido de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais; (apreciação, discussão e votação) -----

-----6. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos assumidos desde 01-01-2016 a 31-03-2016; (para conhecimento) -----

-----7. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2014 (artº 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio); (para conhecimento) -----

-----8. Proposta para que a via rodoviária até agora designada como VDG1 passe a denominar-se Avenida Dr. Licínio Moreira da Silva; (para conhecimento) -----

-----9. Proposta para que o agora denominado Parque Verde passe a chamar-se Parque Almirante Vítor Trigueiros Crespo; (para conhecimento) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----10. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António Pereira Carvalho (PS); Filipe da Conceição Batista (JFAS – Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – Falta Justificada); Júlio João Carreira Vieira (PSD - Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, Rita Cerejo, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----O membro desta Assembleia Municipal eleito pela lista do Partido Socialista Hélder Paulino Ferreira, pediu a suspensão do mandato pelo período de trinta dias, tendo sido substituído pelo seguinte na respetiva lista, nos termos da lei e do regimento, Hermano Jorge Pontes Carreira, portador do cartão de cidadão nº 02043660 2 ZZ9 e do NIF 159 307 945.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra fez-se substituir também pela Secretária da Junta de Freguesia, Sílvia Amado Carreira, portadora do cartão de cidadão nº 10498269 1ZY4 e do NIF 205 127 185.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de declarar abertos os trabalhos da presente sessão, deu conhecimento ao plenário de que a senhora Vereadora da Educação, Anabela Martins fez chegar à Mesa a informação de que na sequência das últimas eleições passou a integrar a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mira de Aire.-----

-----Disse ainda que queria pôr à consideração do plenário a alteração da ordem de trabalhos, no sentido de se trocar a ordem dos primeiros pontos agendados, propondo a seguinte ordem:-----

-----Ponto 1. Apreciação do inventário de todos os bens, direitos patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de contas relativamente ao ano de 2015; (apreciação, discussão e votação) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto 2. Modificações orçamentais – 1.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016; (apreciação, discussão e votação) -----

-----Ponto 3. Modificações orçamentais – 1.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016; (apreciação, discussão e votação) -----

-----Passou depois a explicar que, só depois de se aprovar a prestação de contas relativas a 2015 é que o saldo orçamental possibilita a modificação orçamental. Posta a votação, foi a presente **alteração aprovada por unanimidade**.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)** pediu a palavra dizendo que tendo falecido familiares de dois membros da Assembleia Municipal – a mãe de António Manuel Amado Narciso e o pai de Joaquim Santiago Virgílio Alves – se deveria propor à Assembleia um minuto de silêncio. O senhor Presidente da Assembleia pôs à consideração do plenário esse momento, tendo-se feito um minuto de silêncio pela morte dos familiares daqueles membros da Assembleia Municipal.-----

-----**José Gomes dos Santos (PSD - Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, convidou todos os presentes para comparecerem, no dia 25 de Abril, no fontenário do Figueiredo, para um almoço que a Junta de Freguesia aí iria promover. Disse depois que também no dia 29 de abril se iniciaria a semana cultural de Porto de Mós, com lugar no Parque Verde.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir não havendo qualquer pedido de intervenção.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Apreciação do inventário de todos os bens, direitos patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de contas relativamente ao ano de 2015:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que a cedeu ao senhor Vice-Presidente, tendo este passado a cumprimentar todos os presentes e a esclarecer a Assembleia acerca da matéria em apreciação, face à documentação que foi oportunamente distribuída por todos os seus membros, começando por dizer que é sempre um momento alto na vida das organizações, aquele em que se apresenta o desempenho e os resultados ao longo de um exercício.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes referiu que as contas se encontram legalmente bem apresentadas não havendo quaisquer dúvidas quanto aos números que a compõem. Quanto ao grau de realização disse que as despesas de capital aparecem com um valor que acabam por traduzir negativamente essa situação. As despesas de capital ficaram-se apenas pelos 60% o que colocou as contas um pouco aquém daquilo que era expectável. Outra situação que lhe chamou a atenção é a questão da poupança corrente que continua a aumentar, mas que também há que ter presente que, para esta poupança corrente poder acontecer, não é alheio no aumento das despesas os impostos que têm aumentado substancialmente, nomeadamente nos dois últimos anos, e que os mesmos são contabilizados como receitas correntes. E é este facto, de a receita corrente aumentar por via de impostos que contabilisticamente não passam pela receita de capital que fará com que acabe por sobrar um valor nesta situação do aumento da poupança corrente. Quanto ao resultado do exercício, verifica-se que este continua, desde há alguns anos a esta parte, na casa dos dois milhões de euros de resultado positivo. Continuou dizendo que a estabilidade financeira apresentada, poderia levar o Município a pensar nos munícipes, e uma pequena parcela que ano passado a sua bancada aqui propôs, relativamente ao IMI familiar, pouco iria afetar o resultado do exercício, com manifestos benefícios para as pessoas em particular. Perguntou ainda a que se deve o aumento do valor das participações financeiras. Quanto à certificação legal de contas, fez menção ao facto de o revisor oficial continuar a mencionar que deveria ter sido constituída uma provisão em relação à reclamação que foi feita ao Município, no valor de novecentos e oitenta e quatro mil euros, manifestando estranheza de que ao fim do segundo ano,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o revisor continue com a mesma opinião. Mesmo que o departamento jurídico da Câmara e o senhor Presidente diga que não há qualquer risco, é para si estranho que o revisor continue a fazer essa ressalva. Terminou dizendo que se trata de apresentação de contas de um orçamento que não era o da sua bancada, o que não obsta a que se tratem de contas rigorosas.-----

-----**Patrícia Isabel Zeferino Madeira (PS)**:-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que não iria fazer qualquer comentário técnico sobre as contas que foram apresentadas porque os números falam por si. Disse depois que queria apenas dar os parabéns ao senhor Vice Presidente pela forma transparente e elucidativa como apresentou este relatório. Qualquer pessoa, mesmo leiga na matéria, consegue ficar sem grandes dúvidas sobre a situação em que se encontra a Câmara. Disse ainda que gostaria de louvar e dar os parabéns a todo o executivo por estas contas. São contas que mostram muito trabalho, muita dedicação, sensatez, muito rigor e que, disse acreditar, foram tomadas decisões com os pés bem assentes na terra. Outro aspeto importante foi arranjar alternativas de receita para fazer face aos cortes constantes do estado, tentando desta forma compensar e equilibrar as contas, e isso está bem patente em todos os rácios e números. Terminou dizendo que votará este documento favoravelmente. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**:-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que sobre o documento que o senhor Vice Presidente apresentou, já quase tudo foi dito, e se se estivesse a falar de uma empresa subscreveria por baixo tudo o que acabou de dizer a anterior interveniente. Mas não se está a falar de uma empresa mas de uma autarquia, cujo objetivo é promover o bem-estar de todas as pessoas. Disse depois que um dos rácios que o senhor Vice Presidente referiu foi o de que foram investidos cento e cinquenta e seis euros por cada habitante. Vendo outros números, disse que os impostos pagos pelos habitantes foram de cento e sessenta e quatro euros por habitante em 2015, porque em 2013, o rácio era de cento e quarenta e seis euros por habitante. Perguntou se, estando a Câmara de Porto de Mós na situação económica e financeira em que está, havia necessidade de, em altura de crise como a que se está a viver, se estar a sobrecarregar os municípios em mais vinte euros relativamente a impostos. Referiu depois que as despesas com pessoal representam por habitante cento e noventa e três euros e que houve um aumento em termos de quadro de pessoal de 301 para 328 funcionários, tendo esse aumento sido justificado pelo senhor Vice-Presidente. Continuou dizendo que neste momento há serviços na Câmara que se calhar têm funcionários a mais pelo que se deviam requalificar os funcionários que existem e colocá-los a fazer outros serviços o que poderia representar uma poupança em termos de custos. Fez ainda referência aos cargos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

políticos, dizendo que existem quatro vereadores em regime de permanência para além do Presidente, o que faz crer que estes lugares são ocupados por razões políticas perguntando se a Câmara Municipal tem essa necessidade e dizendo que talvez aqui também se pudessem reduzir alguns custos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder dizendo relativamente à questão suscitada pelo revisor oficial de contas e sobre o processo pendente da reclamação efetuada pelo senhor Artur Meneses, que não disse que a Câmara não corria qualquer risco, o que disse foi que o risco era muito reduzido tendo em conta o que se passou. Adiantou ainda que é um processo cuja responsabilidade é partilhada pelas Estradas de Portugal dado que a Câmara estava apenas a cumprir um projeto desta entidade naquela estrada porque a mesma tinha sido desclassificada.-----

-----Agradeceu depois a **Patrícia Madeira (PS)** as palavras que dirigiu ao executivo, porque para além do mais também é uma técnica daquela área. A **António Pires (PSD)** respondeu que não existe pessoal a mais na Câmara Municipal. Acrescentou ainda que quando tomou posse como Presidente da autarquia, a Câmara teria por volta de 303 funcionários, não contando com os funcionários afetos às escolas, e que neste momento estes se cifram em cerca de 230. Sobre a questão do executivo municipal, também não é verdade o que disse. Disse depois que o senhor Vice Presidente está a tempo inteiro mas não recebe da Câmara qualquer vencimento, pois optou por receber a sua pensão de reforma, recebendo apenas as despesas de representação. A senhora Vereadora Rita Cerejo está a meio tempo e existem efetivamente dois vereadores a tempo inteiro.-----

-----O senhor Vice Presidente passou a usar da palavra para fazer alguns esclarecimentos de ordem técnica. Começou por dizer que o aumento registado em termos de IMI se deveu ao aumento efetuado por via legislativa e não por via da Câmara que fixou as suas taxas no mínimo legal previsto. Disse depois que a Câmara Municipal irá sofrer uma quebra em termos de IMI no futuro, por via do artigo 48º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.-----

-----Respondendo a **António Pires (PSD)** quando este falou da sobrecarga de impostos, disse que isso tem a ver com o que já referiu atrás. Trata-se de facto de uma tributação dos residentes, mas não por parte da Câmara, mas sim do Governo Central, tendo sido por isso uma circunstância que não decorreu do exercício normal da gestão da Câmara Municipal.-----

-----A **Luís Almeida (PSD)** disse, a propósito das participações financeiras, que isso tem a ver com os cento e dezasseis mil euros que foram aplicados no FAM (Fundo de Apoio Municipal), respondendo à obrigação imposta pela lei. Relativamente ao revisor oficial de contas refere que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este não diz expressamente que devia ser constituída uma provisão, apenas relata o facto. -----

-----Disse ainda a **António Pires** que efetivamente a Câmara não é uma empresa, mas os princípios de gestão aplicáveis, são os mesmos. -----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 1 da ordem de trabalhos - **Apreciação do inventário de todos os bens, direitos patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de contas relativamente ao ano de 2015** - posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 7 (sete) abstenções**.-----

-----**2. Modificações orçamentais – 1.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016; 3. Modificações orçamentais – 1.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016:**-----

-----O senhor Vice Presidente usou da palavra para dizer que iria apresentar os dois pontos conjuntamente dada a sua estreita interligação. Continuou dizendo que o que está aqui em jogo é a distribuição do saldo orçamental – dois milhões duzentos e sessenta mil euros.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Fez algumas referências à posição assumida pela bancada do PSD relativamente ao pagamento do IMI, referindo que ele próprio paga perto de dois mil euros de IMI, com o fruto do seu trabalho. Referiu depois que no ano que vem cerca de 20% das pessoas do concelho não irão pagar IMI, o que significa cerca de meio milhão a menos de receita para a Câmara. Disse ficar surpreendido porque ninguém fala aqui em que faltam esgotos ou que existem problemas de abastecimento de água. Só se fala em não pagar e em dar benefícios aos munícipes.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Perguntou qual a razão de ser da diminuição de um milhão cento e vinte e cinco mil euros.---

-----O senhor Vice Presidente passou a explicitar as dúvidas apresentadas pelo anterior interveniente.-----

-----Seguidamente foi posto a votação o ponto 2 da ordem de trabalhos - **Modificações orçamentais – 1.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com sete abstenções**.-----

-----Foi depois posto a votação o ponto 3 da ordem de trabalhos - **Modificações orçamentais – 1.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016** – tendo o mesmo sido aprovado por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maioria, com sete abstenções.

4. Nomeação de um revisor oficial de contas para verificação das contas municipais do ano 2016 e 2017;

O senhor Vice Presidente usou da palavra para explicar que o Município é obrigado a manter um revisor oficial de contas e dado que os serviços da atual empresa que presta esse serviço têm sido satisfatórios propõe a manutenção da mesma, com a renovação do contrato por mais dois anos.

António Manuel de Sousa Pires (PSD):

Usando da palavra, pediu apenas um esclarecimento sobre o número de anos que a empresa pode prestar esse serviço, tendo-lhe sido respondido que existe o limite de cinco anos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos, submetido a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

5. Elaboração do Relatório do estado do Ordenamento do Território – REOT – pedido de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais;

Usou da palavra o senhor vereador Rui Marto que passou a dizer que se trata de um pedido de autorização para a elaboração do relatório do estado do ordenamento do território, que é uma peça que neste momento tem de ser feita por via da aprovação do PDM, de acordo com a atual legislação que de quatro em quatro anos, tem de ser feita a apresentação junto do executivo e da Assembleia Municipal da evolução da aplicação do regulamento do PDM.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos, submetido a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

6. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos assumidos desde 01-01-2016 a 31-03-2016;

O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer que este ponto é apenas para conhecimento e que de acordo com a autorização dada pela Assembleia Municipal a Câmara tem de dar conta dos compromissos plurianuais assumidos, sendo um deles ao protocolo com a ADSAICA em que a Câmara tem ao seu serviços, durante um determinado número de meses, os sapadores florestais e também a situação do revisor oficial de contas.

7. Estatuto da Oposição – Lei nº 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do ano de 2014 (artº 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio);

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que este ponto deriva da lei sendo obrigatório uma vez que há forças partidárias com assento da Assembleia Municipal que não estão representados no executivo municipal, tratando-se apenas de dar conta a este órgão do Município que foi dado cumprimento à lei.-----

-----**8. Proposta para que a via rodoviária até agora designada como VDG1 passe a denominar-se Avenida Dr. Licínio Moreira da Silva; e 9. Proposta para que o agora denominado Parque Verde passe a chamar-se Parque Almirante Vítor Trigueiros Crespo;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal de que foram aprovadas por unanimidade pela Câmara Municipal em sua reunião ordinária de 23.03.2016, as propostas acima mencionadas, depois de consultada a respetiva Junta de Freguesia e cujo parecer foi favorável. Disse ainda que essas placas serão descerradas no dia 25 de abril, na presença dos familiares convidando todos a estarem presentes nesta cerimónia. Referiu ainda que se trata de duas individualidades que dispensam grandes apresentações e a quem todos reconhecem o merecimento deste destaque. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que queria chamar a atenção, na proposta que a Câmara elaborou para o senhor Almirante Vítor Crespo, de um lapso que faz toda a diferença, é que é "investigado" ou "investigador". Na proposta elaborada no caso do Dr. Licínio Moreira da Silva, disse que há uma situação que não foi referida e que é o facto de ele também ter sido notário em Porto de Mós. Continuou dizendo que se estão aqui a homenagear dois portomosenses, um por nascimento e outro por adoção que orgulham todos os presentes, cumprimentando a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia pela iniciativa.-----

-----**10. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente. Não obstante, disse querer dar relevo a alguns assuntos nomeadamente quanto aos projetos e obras que têm vindo a ser desenvolvidos, destacando que foram abertas as propostas de remodelação da Central Termoeletrica, estando as mesmas em fase de análise. Salientou ainda o bom andamento das obras do Centro Escolar de Porto de Mós e da requalificação do Quartel da GNR de Porto de Mós que está em fase de acabamentos. Disse ainda querer dar aqui uma nota que tem a ver com a expansão da zona industrial de Porto de Mós, dado que a mesma se encontra neste momento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

praticamente ocupada, pelo que se impõe o alargamento da mesma. Terminou depois por convidar todos para estarem presentes nos eventos que terão lugar no próximo fim de semana no Parque Verde e que têm a ver com as Comemorações do 25 de Abril e com o Festival da Juventude.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usou da palavra para responder a Joaquim Santiago pelas considerações que teceu acerca da posição assumida pela bancada do PSD relativamente ao pagamento do IMI, dizendo que no fundo pensam ambos da mesma forma apenas diferindo na interpretação. O que a sua bancada aqui defende, e dando o exemplo da discussão e aprovação do orçamento para 2016, é que aplicar quatro milhões de euros numa obra, implica necessariamente que o saneamento ou o abastecimento de água aos vários lugares do concelho fiquem por fazer. -----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. *Modificações orçamentais – 1.ª revisão ao Orçamento do ano de 2016*; 2. *Modificações orçamentais – 1.ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2016*; 3. *Apreciação do inventário de todos os bens, direitos patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de contas relativamente ao ano de 2015*; 4. *Nomeação de um revisor oficial de contas para verificação das contas municipais do ano 2016 e 2017*; 5. *Elaboração do Relatório do estado do Ordenamento do Território – REOT – pedido de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.*** -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 21.15 horas do dia 22 de abril e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

